ISSN: 2176-5960
Προμηθεύς
Journal of Philosophy
n. 48 Maio- Agosto de 2025

TERRITÓRIO, CIÊNCIA E RESISTÊNCIA: PRÁTICAS AGRONÔMICAS E O PAPEL DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NA RECONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO LATINO-AMERICANO

Lucas Lenin Resende de Assis[1]
Universidade Federal de Lavras (UFLA)

Juliano Batista Romualdo[2]
Universidade Federal de Lavras (UFLA)

RESUMO: Este artigo analisa o papel das universidades públicas na América Latina como espaços de disputa entre projetos agronômicos antagônicos: de um lado, o agronegócio, com sua lógica produtivista, tecnocrática e subordinada ao capital global; de outro, experiências formativas e extensionistas comprometidas com a agroecologia, os saberes dos povos do campo e a construção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento rural. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base na análise documental, revisão bibliográfica e estudo de casos em cursos de Agronomia em instituições reconhecidas por suas práticas de extensão rural crítica. Os resultados indicam que núcleos agroecológicos e coletivos universitários, ao estabelecerem vínculos com movimentos sociais, têm promovido uma ressignificação do papel da universidade, tensionando currículos tecnicistas e fortalecendo a coprodução de conhecimento situado. A extensão crítica, orientada pelos princípios da educação popular freireana, emerge como prática de resistência epistêmica, que reposiciona os territórios como espaços pedagógicos e políticos. Essas experiências evidenciam o potencial da universidade pública em contribuir para a construção de um pensamento agronômico latino-americano crítico, enraizado na diversidade socioterritorial e comprometido com a justiça social, a soberania alimentar e a sustentabilidade. Conclui-se que, ao articular ciência e justiça social, essas iniciativas afirmam a universidade como instrumento de transformação social e de reconstrução das epistemologias do Sul.
PALAVRAS-CHAVE: Agroecologia; justiça socioambiental, extensão rural.

ABSTRACT: This article analyzes the role of public universities in Latin America as spaces of dispute between antagonistic agronomic projects: on the one hand, agribusiness, with its productivist, technocratic and subordinate logic to global capital; on the other, training and extension experiences committed to agroecology, the knowledge of rural peoples and the construction of alternatives to the hegemonic model of rural development. The research adopts a

[1] Pesquisador e Extensionista Sebrae. Doutor em Ciência do Solo. ll.resende@outlook.com
[2] Metre em Ciências, Educação Científica e Ambiental. julianobatistarj@gmail.com

qualitative approach, based on documentary analysis, bibliographic review and case studies in Agronomy courses at institutions recognized for their critical rural extension practices. The results indicate that agroecological centers and university collectives, by establishing links with social movements, have promoted a re-signification of the role of the university, stressing technicist curricula and strengthening the co-production of situated knowledge. Critical extension, guided by the principles of Freirean popular education, emerges as a practice of epistemic resistance, which repositions territories as pedagogical and political spaces. These experiences show the potential of public universities to contribute to the construction of critical Latin American agronomic thinking, rooted in socio-territorial diversity and committed to social justice, food sovereignty and sustainability. In conclusion, by linking science and social justice, these initiatives affirm the university as an instrument of social transformation and the reconstruction of the epistemologies of the South.
KEYWORDS: Agroecology; socio-environmental justice, rural extension.

I. Introdução

A história da agricultura na América Latina é marcada por disputas não apenas por terra e trabalho, mas também por conhecimento. O campo latino-americano é um território tensionado entre dois projetos antagônicos: de um lado, o agronegócio, com seu pacote tecnológico dependente, homogeneizante e subordinado à lógica do capital global; de outro, os movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e a Via Campesina, que reivindicam a agroecologia, a soberania alimentar e a valorização dos saberes locais como pilares de um modelo alternativo de desenvolvimento (ALTIERI, 2012, p. 8; ARAÚJO *et al.*, 2021, p. 5).

Nesse contexto, as universidades públicas ocupam uma posição ambígua. Ao mesmo tempo em que são espaços historicamente estruturados sob a lógica eurocentrada e tecnicista, também se tornaram, especialmente nas últimas décadas, importantes arenas de resistência e reconstrução epistêmica. A extensão rural crítica emerge como uma das expressões mais significativas dessa disputa, ao propor uma prática dialógica e emancipatória, baseada no reconhecimento dos saberes dos agricultores e na construção coletiva de soluções locais (FREIRE, 1987, p. 37-38; PAIVA SILVA *et al.*, 2021; TEIXEIRA, 2023, p. 127).

Inspirado por uma perspectiva do Sul Global, este artigo analisa como práticas agronômicas comprometidas com a justiça social e a sustentabilidade têm se articulado no interior das universidades públicas, tensionando o modelo dominante de ciência e tecnologia. Ao fazê-lo, busca-se evidenciar o papel estratégico dessas instituições na ressignificação do território como espaço de vida, cultura e resistência, descolonizando

o pensamento agronômico latino-americano (ALVES *et al.*, 2023, p. 49; SANTOS, 2005, p. 199).

Este estudo se fundamenta em uma abordagem crítica e latino-americana da ciência agronômica, articulando os conceitos de território, saber popular, epistemologias do Sul e extensão rural emancipadora. A perspectiva teórica adotada busca evidenciar a produção de conhecimento como um campo em disputa, em que a hegemonia do agronegócio é desafiada por práticas de resistência promovidas por movimentos sociais, agricultores familiares e universidades públicas comprometidas com a transformação social.

Inspirado em autores como Boaventura de Sousa Santos (2005) e Enrique Leff (2003), o trabalho reconhece que a ciência moderna, inclusive a agronômica, foi historicamente estruturada segundo a lógica da colonialidade, negando e invisibilizando saberes locais, indígenas e camponeses. Para Santos (2005, p. 145), é preciso "descolonizar o saber e democratizar o conhecimento", reconhecendo a legitimidade dos saberes populares e ecológicos como formas válidas de compreensão e transformação do mundo rural.

A agroecologia, entendida como ciência, prática e movimento social (ALTIERI, 2012, p. 15; GLIESSMAN, 2000, p. 1-15), constitui um paradigma alternativo ao modelo de agricultura industrial. Mais do que uma técnica, ela representa uma forma de fazer ciência com base no diálogo de saberes e na valorização da diversidade socioecológica dos territórios (BENITES *et al.*, 2021, p. 55). Como destaca Caporal & Costabeber (2004, p. 121), a agroecologia representa um campo político que tensiona a formação agronômica tradicional e abre espaço para novas práticas de extensão rural.

A crítica à extensão rural convencional é sustentada por autores como Freire (1987, p. 53 - 61), que propôs uma pedagogia dialógica e libertadora, e Paiva Silva *et al.* (2021), que analisou as limitações das abordagens verticalizadas de transferência de tecnologia. Teixeira (2023, p. 116) e Faria & Almeida (2025, p. 8) aprofundam essa perspectiva ao destacar a importância da extensão crítica na formação de sujeitos autônomos e na construção coletiva de alternativas sustentáveis nos territórios. A universidade pública, especialmente na América Latina, é analisada como um espaço tensionado entre a reprodução do conhecimento hegemônico e sua transformação social. Ribeiro (2024, p. 220) argumenta que a extensão universitária, quando vinculada às

demandas populares, pode se constituir como ferramenta potente de reconstrução do pensamento agronômico e da própria função social da universidade.

Diante desse cenário, este artigo propõe analisar como a universidade pública tem operado como campo de disputa entre projetos agronômicos antagônicos: de um lado, o avanço do agronegócio com seu modelo produtivista, técnico e mercantilizado; de outro, a construção de práticas formativas e extensionistas baseadas na agroecologia, na pedagogia do diálogo e na valorização dos saberes populares (SOUSA *et al*., 2022, p. 6). Ao problematizar a atuação das instituições públicas de ensino superior nos territórios rurais, buscamos evidenciar como experiências de extensão rural crítica contribuem para a emergência de um pensamento agronômico enraizado na realidade latino-americana, articulando conhecimento técnico-científico e saberes territoriais.

Este estudo parte do entendimento de que o território não é apenas um recorte geográfico, mas um espaço político, simbólico e pedagógico (FARIAS; LEITE, 2023, p. 13), e que a ciência agronômica, longe de ser neutra, reproduz ou contesta relações de poder conforme o projeto político que a orienta (FREIRE, 1996, p 25-30; SANTOS, 2005, p. 153). A pesquisa visa, portanto, contribuir para o debate sobre o papel contra-hegemônico das universidades públicas, especialmente dos cursos de Agronomia, na produção de alternativas ao modelo dominante de desenvolvimento rural, reafirmando sua centralidade na resistência epistêmica e na reconstrução de um pensamento do Sul Global enraizado nas lutas dos povos do campo.

II. Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de cunho crítico-interpretativo, fundamentada nos princípios da pesquisa participante e da pesquisa militante, em que o pesquisador se posiciona como sujeito implicado nas disputas em torno do conhecimento agronômico. A investigação se ancora nos marcos das epistemologias do Sul (SANTOS, 2005, p. 185) e da extensão rural emancipatória (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 31–35; 2007, p. 18–21), buscando compreender como as universidades públicas têm atuado como arenas de resistência frente à hegemonia do agronegócio.

A coleta de dados foi realizada a partir da seleção criteriosa de documentos institucionais, como diretrizes curriculares, relatórios de projetos de extensão e políticas universitárias relacionadas à extensão rural, agroecologia e educação popular. Além disso, foram consultadas publicações acadêmicas, produções científicas e relatórios de

organizações sociais que atuam na interlocução com a universidade e os territórios rurais. A busca concentrou-se em fontes publicadas entre 2020 e 2025, com ênfase em bases como Google Acadêmico, SciELO, e portais institucionais de universidades públicas.

Complementarmente, foram selecionados estudos de casos em duas universidades públicas brasileiras com reconhecida atuação em extensão rural crítica e agroecologia, Universidade Federal de Lavras (UFLA) e de Viçosa (UFV), envolvendo cursos de Agronomia que mantêm projetos de extensão vinculados a movimentos sociais do campo (como pequenos produtores da agricultura familiar, assentamentos e cooperativas). Essa seleção permitiu uma análise contextualizada das práticas, desafios e impactos dessas iniciativas nos territórios.

A análise documental e dos materiais coletados, incluso conversas informais, seguiu os princípios da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977, p. 31), com categorização temática para identificar padrões, tensões e relações entre os discursos institucionais, acadêmicos e comunitários. Para aprofundar a compreensão das narrativas e estratégias discursivas, adotou-se a Análise Textual Discursiva (MORAES; GALIAZZI, 2006, p. 118), enfatizando as relações entre texto e contexto sociopolítico, sobretudo no que se refere à construção do conhecimento agronômico contra-hegemônico.

Os estudos de caso foram analisados qualitativamente por meio da descrição das práticas extensionistas, da participação dos atores envolvidos, dos resultados socioambientais e das limitações enfrentadas, baseando-se em conversas semiestruturadas, observação participante e documentos produzidos nos projetos.

Reconhece-se que esta pesquisa possui limitações, sobretudo em função da diversidade e complexidade dos contextos locais e da disponibilidade de dados detalhados sobre as dinâmicas internas das universidades. Ademais, os estudos de caso selecionados não esgotam a pluralidade das experiências existentes, o que reforça a necessidade de aprofundamento e ampliação dos estudos sobre o papel da universidade na resistência e reconstrução do pensamento agronômico latino-americano.

III. Resultados e Discussão

A análise das experiências de extensão rural crítica em universidades públicas evidencia que essas instituições têm exercido um papel estratégico na mediação entre o conhecimento científico e os saberes populares, especialmente quando articuladas a

movimentos sociais do campo (MORAES; SANT'ANA, 2022, p. 2; BRACAGIOLI, 2023, p. 45). Nos cursos de Agronomia analisados, foi possível identificar a atuação de núcleos e coletivos de extensão universitária que adotam metodologias fundamentadas na pedagogia do diálogo e nos princípios da educação popular freireana (FREIRE, 1987, p. 45-50; PEREIRA *et al.*, 2023, p. 5). Tais iniciativas propõem uma ruptura com a lógica tradicional da transferência unidirecional de tecnologia, típica do paradigma difusionista, ao priorizar processos de construção coletiva do conhecimento em que os sujeitos do campo (agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos tradicionais) são reconhecidos como portadores de saberes legítimos e essenciais para a construção de sistemas agrícolas sustentáveis.

Esses coletivos, como o Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA) e o Núcleo de Estudos em Agricultura Diversificada (NEAD), muitas vezes vinculados a programas como o Programa de Educação Tutorial (PET) ou a projetos fomentados pelo CNPq e Ministério da Agricultura, estruturam suas ações em torno de oficinas, intercâmbios de experiências, feiras agroecológicas e práticas de roçado coletivo (ASSIS *et al*., 2021, p.171; SILVA, *et al*., 2025, p. 4; PEREIRA *et al.*, 2023, p. 12).

Durante as conversas realizadas com docentes e discentes envolvidos nessas iniciativas, emergiu de forma recorrente a percepção de que a extensão rural crítica (BRACAGIOLI, 2023, p. 15-61) contribui para a "desnaturalização" do modelo agronômico dominante, caracterizado por sua orientação produtivista, tecnicista e alinhada ao agronegócio, ao criar espaços pedagógicos em que o fazer camponês, historicamente marginalizado, ganha centralidade. Essa crítica se manifesta na contestação do pacote tecnológico convencional (uso intensivo de insumos químicos, monocultura, mecanização pesada), que é substituído por práticas agroecológicas como adubação verde, compostagem, uso de sementes crioulas, policultivos e controle biológico (CAPORAL; COSTABEBER, 2007, p. 17-21).

Nesse contexto, os Núcleos de Estudos em Agroecologia e Agricultura Orgânica (NEAAs), presentes em diversas universidades públicas brasileiras, têm desempenhado um papel estratégico na institucionalização da agroecologia como campo científico, pedagógico e político. A exemplo do Núcleo de Estudos em Agricultura Orgânica (NEAGRO), Yebá Ervas & Matos, com mais de 30 anos atuando entre diferentes frente, tornando símbolo de resistência dentro e fora da UFLA. O Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia **(**ECOA-UFV) (MATA SILVEIRA, 2017, p. 1-12)

e o Grupo Entre Folhas-Plantas Medicinais (OLIVEIRA DIAS *et al*., 2023, p. 62) possuem atuação expressiva em parceria com outras entidades.

A presença de espaços organizativos estudantis no interior das universidades públicas também tem sido fundamental na construção de uma identidade agronômica crítica e comprometida com os sujeitos do campo. Um marco relevante nesse processo foi a criação do Diretório Central dos Estudantes de Agronomia do Brasil (DCEAB), em 1962, fruto da articulação entre os Diretórios Acadêmicos da então Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG, atual UFV), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Estadual dos Estudantes (UEE). Este movimento representou uma inflexão na trajetória dos cursos de Agronomia ao incorporar pautas políticas, sociais e educacionais que extrapolavam a formação tecnicista dominante da época.

O DCEAB constituiu a base para a posterior fundação da Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), que até os dias atuais se consolida como um importante ator político na luta por uma educação agronômica voltada para os interesses dos povos do campo, da agroecologia e da reforma agrária (SOUZA *et al*., 2024). Desde sua origem, a FEAB tem exercido protagonismo em pautas como a democratização do ensino, o combate à mercantilização da educação superior, a defesa da extensão crítica e a valorização das pedagogias do território, contribuindo para a formação de agrônomos e agrônomas com consciência política e compromisso social.

Esse histórico de mobilização estudantil revela que a universidade pública é, também, um campo de disputa simbólica e material sobre o modelo de desenvolvimento agrário desejado. Ao lado dos núcleos de agroecologia, os movimentos estudantis contribuem para tensionar as estruturas institucionais, impulsionar práticas extensionistas transformadoras e fortalecer a construção de um pensamento agronômico alinhado às realidades do Sul Global e às lutas populares latino-americanas.

Vinculados a programas como a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e a editais do CNPq e da Secretaria de Agricultura Familiar, esses núcleos articulam ensino, pesquisa e extensão, promovendo a construção de conhecimento interdisciplinar e dialógico, enraizado nas realidades dos territórios camponeses (MADRUGA; BOER, 2025, p. 222). Ao desenvolverem práticas formativas baseadas em metodologias participativas, os NEAAs contribuem para a valorização dos saberes locais, o fortalecimento da soberania alimentar e a promoção da

transição agroecológica nos assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais e unidades de produção familiar.

Além disso, tais núcleos funcionam como catalisadores de experiências extensionistas que rompem com a lógica difusionista tradicional, promovendo a coprodução de tecnologias sociais e sistemas de manejo sustentáveis, sensíveis às especificidades ecológicas e culturais dos territórios. A partir da colaboração com movimentos sociais do campo, como o MST, os NEAAs possibilitam a vivência prática de alternativas ao agronegócio, estimulando nos estudantes uma formação crítica, comprometida com a justiça socioambiental e com a construção de um pensamento agronômico latino-americano, de base ecológica e anticolonial. Assim, consolidam-se como espaços contra-hegemônicos dentro das universidades, disputando sentidos sobre o que é ciência, para quem ela serve e com quem ela deve ser construída.

Além disso, os relatos apontam que o envolvimento em projetos de extensão crítica gera nos estudantes uma "repolitização" da formação agronômica, pois permite o confronto entre diferentes paradigmas agronômicos e a vivência concreta das contradições presentes nos territórios rurais. Em vez de apenas aplicar fórmulas técnicas, os futuros agrônomos passam a compreender o território como um espaço simbólico, político e histórico (BITTENCOURT *et al.*, 2021, p. 192), onde se articulam relações de poder, disputa de modelos de desenvolvimento e resistência cultural.

Essa reconfiguração do papel da universidade pública no campo da Agronomia pode ser compreendida como um movimento de afirmação de sua função contra-hegemônica, no sentido gramsciano do termo, ou seja, como um espaço de produção de conhecimento que contesta a lógica dominante do capital e opera na perspectiva da transformação social (FARIA; ALMEIDA, 2023, p. 23). Ao articular ciência e justiça social, especialmente por meio da extensão rural crítica e da pesquisa participativa, a universidade passa a atuar não apenas como produtora de tecnologias, mas como agente ativo na construção de alternativas epistemológicas, políticas e produtivas ao modelo do agronegócio (LIMA, 2022, p. 100).

No campo da Agronomia, essa articulação se materializa, por exemplo, na valorização de sistemas agrícolas baseados na agroecologia, que se opõem frontalmente à lógica do monocultivo, da dependência de insumos industriais e da financeirização da terra. Em vez disso, promove-se uma abordagem agroecológica integrada, onde os saberes dos agricultores familiares, indígenas, quilombolas e outros povos do campo

não são meramente objetos de estudo, mas fontes legítimas de conhecimento técnico e político (FARIA; ALMEIDA, 2023, p. 17; LIMA, 2022, p. 98).

Do ponto de vista metodológico, essa virada implica a adoção de abordagens dialógicas e participativas, como a pesquisa-ação, o mapeamento social e a cartografia participativa, que rompem com a dicotomia pesquisador-pesquisado e permitem uma coprodução de saberes enraizada nos territórios. Isso é coerente com a concepção de ciência como prática situada e comprometida (MORAES; SANT'ANA, 2022, p. 6), e com a crítica ao cientificismo descolado das realidades sociais e ambientais dos países do Sul Global (SANTOS, 2005, p. 148).

Essas experiências institucionais não apenas demonstram a viabilidade técnica da agroecologia como alternativa ao modelo convencional, mas também revelam o potencial pedagógico-político da universidade pública como espaço de resistência epistêmica. Os cursos de Agronomia, por meio de suas propostas curriculares, núcleos agroecológicos e inserção em territórios camponeses, têm promovido formas de formação que integram o conhecimento técnico-científico às realidades socioterritoriais dos sujeitos do campo. Isso se expressa na adoção de metodologias de ensino baseadas na alternância, em vivências em comunidades rurais, em estágios supervisionados em assentamentos da reforma agrária e em práticas extensionistas que priorizam a escuta ativa e a construção coletiva do conhecimento.

Tais práticas tensionam a lógica ainda dominante de uma Agronomia centrada em laboratórios e parcelas experimentais desconectadas das dinâmicas sociais e culturais dos territórios rurais. Ao contrário, elas propõem que o território seja reconhecido como espaço pedagógico central, onde se aprende não apenas sobre solos, plantas e manejo, mas também sobre relações de poder, processos históricos de exclusão, saberes tradicionais e estratégias de resistência. Em outras palavras, essas experiências viabilizam uma formação agronômica que rompe com a dicotomia entre teoria e prática, universidade e campo, ciência e cultura; e que, por isso, é capaz de contribuir efetivamente para a construção de um pensamento agronômico latino-americano, crítico, situado e transformador (LEFF, 2003; SANTOS, 2005, p. 161).

Além disso, os projetos desenvolvidos nessas instituições frequentemente envolvem parcerias com movimentos sociais e organizações populares, fortalecendo redes de cooperação entre universidade e sociedade civil. Com isso, não apenas se qualificam os processos formativos, mas também se ampliam as possibilidades de

incidência política da universidade nos debates sobre reforma agrária, segurança alimentar, sustentabilidade e soberania popular dos territórios (TEIXEIRA, 2023, p. 127).

Esse pensamento, enraizado na realidade dos povos do campo, propõe uma ciência agronômica que não apenas responde aos desafios da produção de alimentos em bases sustentáveis, mas também fortalece os direitos territoriais (BENITES *et al*., 2021, p. 43), culturais e políticos das comunidades camponesas, promovendo sua autonomia frente às dinâmicas do capital global e às políticas públicas que frequentemente os invisibilizam.

Em síntese, ao se comprometer com os direitos dos povos do campo, a universidade pública amplia seu papel social, transformando-se em um espaço de resistência, reexistência e reconstrução de paradigmas científicos a partir do Sul Global, contribuindo de forma decisiva para um projeto de desenvolvimento rural que seja soberano, democrático e enraizado nos territórios (FARIA; ALMEIDA, 2023, p. 9).

Observou-se que em projetos vinculados à agroecologia e à soberania alimentar, a universidade atua como catalisadora de processos de resistência, tensionando internamente os currículos e as práticas pedagógicas convencionais. Entretanto, também se constataram contradições: em diversas instituições, coexistem núcleos agroecológicos e laboratórios dedicados à intensificação tecnológica voltada ao agronegócio, evidenciando a disputa permanente pelo sentido da ciência e da formação agronômica. Essa ambivalência confirma o diagnóstico de Santos (2005, p. 185), ao afirmar que as universidades são territórios de tensão entre epistemologias: ora reproduzem a colonialidade do saber, ora abrem brechas para práticas insurgentes.

Outro resultado importante diz respeito ao protagonismo dos territórios camponeses como espaços pedagógicos. A presença ativa de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e cooperativas agroecológicas em projetos de extensão reconfigura a posição tradicional da universidade como única produtora de saber válido. Os territórios se tornam, nesse contexto, co-formadores, provocando deslocamentos no lugar da ciência e no papel do extensionista. Como aponta Caporal & Costabeber (2004, p. 31; 2007, p. 18-21), “quando os sujeitos do campo falam por si, a universidade precisa reaprender a escutar”. Essa escuta ativa transforma o trabalho de campo em experiência dialógica e política, fortalecendo a reconstrução de um pensamento latino-americano comprometido com a vida, a terra e a justiça social.

Por fim, identificou-se que onde há maior articulação entre universidade, movimentos sociais e base produtiva, os efeitos extrapolam a dimensão técnica: surgem arranjos produtivos solidários, redes de comercialização de base agroecológica e experiências de transição formativa entre estudantes e agricultores (COSTA; SILVA, 2020). São nesses espaços que a universidade mais se aproxima de um papel contra-hegemônico, não por estar "a serviço do povo", mas por estar junto com ele na construção de outras formas de existência e produção. Como sintetiza Freire (1987, p. 77-81), "não se pode ensinar sem aprender, nem estender sem se implicar". A extensão crítica, quando levada a sério, é também uma prática de descolonização do conhecimento.

A universidade pública, particularmente no campo das Ciências Agrárias, ocupa uma posição ambivalente e estratégica na disputa por modelos de desenvolvimento rural na América Latina. Essa ambivalência não é circunstancial, mas constitutiva: de um lado, ela forma quadros técnicos para sustentar a lógica do agronegócio, profundamente marcada por uma racionalidade instrumental, centrada na produtividade, no controle técnico dos processos biológicos e na financeirização da terra e dos alimentos (Garcez, 2025). De outro, abriga experiências insurgentes, nutridas por práticas de extensão rural crítica e por iniciativas pedagógicas vinculadas à agroecologia, que operam na contramão da racionalidade dominante, valorizando o território como espaço de vida, cultura e resistência (ALTIERI, 2012; OLIVEIRA *et al*., 2023, p. 10).

Do ponto de vista epistemológico, essas experiências tensionam as bases fundantes da agronomia convencional, ao reconhecer que o conhecimento agronômico não é neutro nem universal — ele é situado, historicamente condicionado e orientado por interesses econômicos e políticos. Como já advertia Paulo Freire (1987, p. 37 - 38), todo ato educativo é também um ato político. Assim, ao levar a extensão rural para os territórios camponeses, a universidade se depara com a necessidade de reconstruir seu papel: não mais como emissora de conhecimento, mas como facilitadora de processos de coaprendizagem, o que exige romper com a lógica verticalizada e monocultural do saber técnico (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 25-35; FREIRE, 1996, p. 37).

A agroecologia, nesse contexto, opera como uma ciência e prática contra-hegemônica, que rearticula o saber técnico-científico às dinâmicas ecossistêmicas e socioculturais dos territórios. Ao mesmo tempo, ela demanda uma nova formação profissional: mais sensível às realidades locais, capaz de dialogar com

saberes populares e com os movimentos sociais, e disposta a reconhecer a centralidade da vida, e não apenas da produtividade, nos projetos de desenvolvimento (MARCHETTI *et al*., 2023; GLIESSMAN, 2000, p. 1-15).

Portanto, a universidade pública, especialmente os cursos de Agronomia, tornam-se arenas fundamentais onde se decide não apenas o conteúdo do que se ensina, mas também o projeto de sociedade que se quer construir. Quando articulada com os povos do campo e os movimentos de luta pela terra, ela pode desempenhar um papel central na reconstrução de um pensamento agronômico latino-americano, plural, descolonial e comprometido com a justiça social e ecológica. Mas essa reconstrução não ocorre sem resistência. Ela exige rupturas com currículos tecnicistas, revisão dos critérios de avaliação da pesquisa e da extensão, e, sobretudo, coragem política para enfrentar o poder consolidado do complexo agromercantil nas estruturas acadêmicas e institucionais (MADRUGA; BOER, 2025, p. 229; SANTOS, 2005, p. 140).

A extensão crítica, quando tomada como prática pedagógica e política, desafia esse modelo hegemônico ao devolver centralidade ao território como espaço de produção de sentido, e à universidade como campo de disputas, e não de consenso. Nesse sentido, este artigo se inscreve na tradição latino-americana de pensamento crítico que vê na ciência agronômica não apenas uma ferramenta técnica, mas um instrumento político, capaz de perpetuar ou de desafiar desigualdades históricas.

IV. Conclusões

A análise apresentada neste artigo reafirma que a universidade pública brasileira, em especial no campo da Agronomia, é um espaço em permanente disputa entre projetos sociotécnicos antagônicos. De um lado, persiste a hegemonia do agronegócio, com sua lógica produtivista, tecnocrática e subordinada às exigências do mercado global; de outro, emergem práticas formativas, pedagógicas e extensionistas alinhadas à agroecologia, aos saberes territoriais e aos projetos populares de reconstrução do campo.

As experiências de extensão rural crítica analisadas demonstram que, quando articuladas a movimentos sociais e ao protagonismo dos povos do campo, as universidades públicas podem desempenhar um papel estratégico na promoção de uma ciência agronômica descolonial, situada e comprometida com a justiça social e ambiental. Essas experiências tensionam os currículos, desestabilizam a lógica de

transferência de tecnologia e reconfiguram o território como espaço pedagógico vivo e politicamente ativo.

Concluímos que a extensão crítica deve ser fortalecida institucionalmente não como atividade periférica, mas como eixo estruturante da formação agronômica no Sul Global. Isso implica, entre outras ações, a revisão dos projetos pedagógicos dos cursos, o reconhecimento dos saberes não acadêmicos como válidos, e a construção de metodologias participativas de ensino-pesquisa-extensão.

Mais do que um espaço de formação profissional, a universidade deve ser entendida como território de resistência e de produção de futuros. É nesse chão, entre os conflitos e as alianças com os povos do campo, que poderá florescer um pensamento agronômico latino-americano realmente enraizado nas lutas por soberania, dignidade e emancipação.

Referências bibliográficas

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ALVES, Fatima; ARAÚJO, Maria José; AZEITEIRO, Ulisses. Cidadania ambiental e participação: o diálogo e articulação entre distintos saberes-poderes. *Saúde em Debate*, v. 36, p. 46-54, 2023. https://doi.org/10.1590/0103-11042012E07

ARAÚJO SOARES, Érika Aparecida; SANTOS, Saint, Clair Lira; SIILVA, Laís Kisly Costa; CARDOSO, José Eduardo do Nascimento; MELO COSTA, Zandra Lorenna Coutinho. Sistemas de produção de base ecológica: Uma alternativa para o desenvolvimento sustentável. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 8, 2021. https://doi.org/10.33448/rsd-v10i8.17554

ASSIS, Lucas Lenin Resende; SILVEIRA, Luís Cláudio; DA SILVA, Iberê Martí Moreira. Agricultura orgânica e agroecologia como ferramenta de educação. *Educação em Foco*, v. 24, n. 42, p. 157-178, 2021. https://doi.org/10.24934/eef.v24i42.4579

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 1977.

BENITES, Eliel; MONFORT, Gislaine; GISLOTI, Laura Jane. Territorialidades originárias e a cosmologia Kaiowá e Guarani: auto-organização contra o agronegócio, os crimes socioambientais e a pandemia. *Espaço Ameríndio*, v. 15, n. 2, p. 38-38, 2021. https://doi.org/10.22456/1982-6524.114322

BITTENCOURT, Thaís Ponciano; ROMANO, Jorge Osvaldo; CASTILHO, Ana Carolina Aguiar Simões. O discurso político do agronegócio. *Revista Tamoios*, v. 18, n. 1, 2022. https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.63680

BRACAGIOLI NETO, Alberto. *Trajetória histórica da extensão rural*. Bracagioli Neto, Alberto, Charão-Marques, Flávia (org.). Extensão rural: trajetórias e desafios [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Cap. 1, p. 15-61, 2023.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: MDA, 2004.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável.* Brasília, DF: MDA/SAF/DATER, 25p. 2007.

COSTA, Bianca Aparecida Lima; SILVA, Marcio Gomes. A incubação de redes de economia solidária sob o enfoque agroecológico. *Revista Conexão UEPG*, v. 16, n. 1, p. 1-13, 2020. https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao.v.16.14233.017

CRUZ, Vive Sena; MELO, Rafael Marques; LEAL, Ana Catarina Pereira; CARNEIRO, Paulo César; Bonifácio, Cynthya de Avelar. Cozinha agroecológica: relato de experiência de uma construção autônoma na Universidade Federal da Paraíba. *Cadernos de Agroecologia*, v. 19, n. 1, 2024.

FARIAS, Ricardo Chaves; LEITE, Cristina Maria Costa. Unidade territorial de aprendizagem: o território simbólico de estudantes no espaço geográfico mobilizado pela escola. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, v. 13, n. 23, p. 05-25, 2023. https://doi.org/10.46789/edugeo.v13i23.1191

FARIA, Sandra; ALMEIDA, Luciane Pinho. Extensão universitária em seus processos de institucionalidade e curricularização: reflexões críticas sobre desafios e tendências. *Educação em Revista*, v. 26, p. e025001-e025001, 2025. https://doi.org/10.36311/2236-5192.2025.v26n.e025001

FERREIRA, Elisama de Sousa; SANTOS, Adilson Gomes; FERREIRA, Eliude de Sousa; LOPES, Irene dos Santos; Mendes, Maurício Teixeira. Experiências do programa Residência Pedagógica na Educação do Campo; Educação Patrimonial e Agroecologia. In: *Anais do Congresso Nacional Universidade, EAD e Software Livre*. 2021.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. *Pedagogy of autonomy*: Necessary knowledge for educational practice. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GARCEZ, Thaymara Rodrigues; DA SILVA, Frederico Alves. Acesso à terra e políticas públicas acessórias: estabelecendo o nível primário para alcançar soberania alimentar a partir do instituto jurídico da reforma agrária. *Revista da Faculdade de Direito da UFG*, v. 49, n. 1, 2025. https://doi.org/10.5216/rfd.v49i1.80463

GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.* Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 2000

LEFF, Enrique. *Repensar a complexidade ambiental*. In:LEFF, Enrique(coord). A complexidade ambiental. São Paulo:Cortez, 2003.

LIESESKI, Lidiane; KLUCH, Giuliano; MARQUES, Siomara Aparecida; ANDRIOLI, Liria Ângela. Abordagem dos termos "agroecologia" e "feminismo" na biblioteca digital brasileira de dissertações e teses e no repositório digital da universidade federal da fronteira sul. *Cadernos de Agroecologia*, v. 19, n. 1, 2024.

LIMA, Elmo de Souza. A educação do campo como espaço de resistência política e epistemológica: as lutas por outras pedagogias. *Revista Teias*, v. 23, n. 68, p. 89-103, 2022. https://doi.org/10.12957/teias.2022.60893

MADRUGA, Marcia Cristina Bastos; BOER, Noemi. Gestão escolar, cidadania e Educação Ambiental: interfaces integradas. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA),* v. 20, n. 2, p. 214-232, 2025. https://doi.org/10.34024/revbea.2025.v20.19090

MARCHETTI, Fabio Frattini et al. Experiências agroecológicas da escola popular de agroecologia e agrofloresta Egídio Brunetto e seu potencial para o desenvolvimento de bioinsumos no extremo sul da Bahia. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 18, n. 1, p. 193-213, 2023.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. *Ciência & Educação*, v. 12, n. 1, 2006, p. 117-128. https://doi.org/10.1590/S1516-73132006000100009

MORAES, Murilo Didonet; SANT'ANA, Antonio Lázaro. Características dos profissionais e do trabalho extensionista na Empaer - MT frente aos desafios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. *Emancipação*, v. 22, n. especial, p. 1-23, 2022. https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.22.2220487.003

MATA SILVEIRA, Maysa *et al*. Núcleo de educação do campo e agroecologia (ECOA): uma construção plural e coletiva. *Cadernos de Agroecologia*, Volumes 1 (2006) a 12 2017.

OLIVEIRA DIAS, Priscila Maria et al. A proposição de um *visualcast* intercultural, pensado a partir da cultura surda, tendo como tema a mata atlântica e os povos originários. *Revista Arqueiro*. Rio de Janeiro, n 44. https://doi.org/10.20395/re.2023.44.58-70

OLIVEIRA, Samuel Horácio; CRONEMBERGER CAFFÉ, Samuel; PEREIRA DOS SANTOS, Marcelo Henrique. O lugar de disputa e as redes de cooperação agroecológicas no território do São Francisco (BA): um paradigma de desenvolvimento rural sustentável. *Revista Foco (Interdisciplinary Studies Journal)*, v. 16, n. 5, 2023. https://doi.org/10.54751/revistafoco.v16n5-021

PAIVA SILVA, Thiago Pereira; DEMARTELAERE, Andréa Celina Ferreira, LIRA, Vanda Maria *et al*. Public policies in family agriculture reflecting the context on climate change with focus garantia safra program. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 9, 2021. https://doi.org/10.34117/bjdv7n9-575

PEREIRA, Viviane Santos; GUEVARA, Maria de los Angeles Arias; VASCONCELOS, Eridani Isaacs. Relato de experiência do projeto de extensão "Construindo saberes na feira agroecológica na UFLA". *Caminho Aberto: revista de extensão do IFSC*, v. 17, p. 1-14, 2023. https://doi.org/10.35700/2359-0599.2023.17.3446

RIBEIRO FRUTUOSO, Antonio Marcos; CARVALHO SILVA, Jonathas Luiz. Uma abordagem sobre os fundamentos da extensão universitária: Histórico-conceitual, política pública, inclusão e interdisciplinaridade. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 15, n. 2, 2024. https://doi.org/10.29327/2303474.15.2-9

SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2005. Disponível em: https://hdl.handle.net/10316/42125

SILVA, Maria Rosangela Malheiros *et al*. Implantação do núcleo de estudos em agroecologia e produção orgânica da universidade estadual do maranhão. *Revista Práticas em Extensão*, v. 9, n. 1, p. 1-9, 2025. https://doi.org/10.18817/rpe.v9i1.3810

SOUSA, Fagner Freires de; ALVES, Charles Alberto de Souza; BENTO, Rodolpho Claret. Contribuições da alternância pedagógica para a formação profissional de técnicos em agropecuária do Instituto Federal do Pará, Campus Cametá. *Revista Brasileira de Educação*, v. 27, 2022. https://doi.org/10.1590/s1413-24782022270103

SOUZA, Diego Marcos Borges Gomes; BENSADON, Lígia Scarpa; DA SILVA GOULART, Bruna Carolina. Ciências sociais e agronomia: diálogo entre saberes de estudantes de pós-graduação. *Cadernos de Agroecologia*, v. 19, n. 1, 2024.

TEIXEIRA, Carine Andrade. O enfraquecimento das políticas públicas para agricultura familiar: uma análise do PAA. *Revista Nera*, v. 26, n. 65, 2023. https://doi.org/10.47946/rnera.v26i65.9251